

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2001

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e um, às dez horas, realizou-se na sede do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, reunião extraordinária, para tratar da seguinte pauta: 1) Avaliação da II Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo; 2) Avaliação da IV Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo; 3) Aprovação das atas anteriores e 4) Informes gerais. O Vice-Presidente Fabiano Marques de Paula, no exercício da Presidência, abre a sessão e faz uma homenagem ao dia do Professor, dando prosseguimento solicita ao Conselheiro Dr. Jordão que apresente sua suplente Dra. Maria Ângela Ferreira. Iniciando o Conselheiro Ulisses solicita a verificação do quórum, pois diz ser suplente e que não foi convocado. O Presidente verifica, inicialmente, a presença dos Conselheiros titulares da Sociedade Civil: Célia Aparecida de Souza, Sílvia P. V. Brunetti de Paula, Linda Simone Mallak e José Bernardo Rodrigues, a seguir as justificativas dos Conselheiros ausentes: Haydée Mannelli da Silva, David Fumyo, Maria Perroni, Maria Cristina Fernandes e Oléia Jorge Figueiredo e na forma regimental foram indicados a assumir a titularidade os Conselheiros suplentes Ulisses Duarte Guirgel, Alderir G. Penha e Milton Peixoto Luna. A Conselheira Sílvia esclarece que Dra. Haydée está de licença por tempo indeterminado e que devido a licença da Conselheira Maria Perroni, deveriam ter sido convocados os dois primeiros suplentes. O Conselheiro Ulisses diz que, regimentalmente, a ausência deve ser comunicada, por escrito, até 48 horas antes da reunião, para que os suplentes possam ser convocados. Desse modo o Conselheiro suplente não será como tem sido convidado para a reunião, além de que se não estiverem presentes os dez conselheiros, na condição de titulares de cada representação, a reunião ficará prejudicada. Prosseguindo o Presidente interino verifica a presença dos Conselheiros do Poder Público, estando presentes os titulares: Ada Camolesi, Neide Cândido, Rodrigo Correia do Amaral, Cecília Medeiros, Fabiano Marques de Paula, Cíntia Byozkowski, José Antônio Jordão e assumiram a titularidade em substituição a seus pares, os Conselheiros suplentes Beatriz Carvalho G. dos Santos e Mariângela Ferreira. O Presidente interino, na tentativa de estabelecer um teto para a reunião, como o regimento interno é omissivo, submete à plenária para que todos colaborem apresentando propostas de limite de horário. A Conselheira Sílvia propõe que as atas sejam enviadas para cada conselheiro junto com a convocação e que a pauta prevista para hoje, avaliação das Conferências, tenha uma hora cada assunto. O Conselheiro Alderir solicita que os assuntos de pauta sejam apontados pela plenária na reunião imediatamente anterior. Diante da proposta a Conselheira Sílvia retifica propondo 45 minutos para cada assunto e 30 minutos para decisão da pauta da próxima reunião. O Presidente interino apresenta a proposta de finalizar a reunião às 13 horas, sendo aprovado por unanimidade. Quanto ao envio das atas, depois de várias considerações sobre possíveis problemas como: acúmulo de várias atas, perder grande parte de uma reunião aprovando atas, gastos do Conselho com postagem, o Presidente coloca em votação a proposta de se deixar a aprovação das atas dos dias 20 de agosto, 03 e 17 de setembro e 1º de outubro para a próxima reunião. Tendo sido aprovada a proposta por 13 votos a favor e 03 abstenções. Iniciando a discussão do primeiro item da pauta, o Presidente faz uma observação inicial e para facilitar apresenta uma de proposta de três questões, que, segundo ele, são tradicionais em avaliações desse tipo: 1) O que foi



alcançado e o que foi que aprendemos? 2) Até que ponto nós trabalhamos bem juntos?

3) Quais os fatores que contribuíram para o progresso e quais os obstáculos que encontramos na realização das duas conferências? Como a sugestão foi aceita pela plenária, abre a palavra. A Conselheira Sílvia diz que havia uma coordenação da Conferência Lúdica composta por adolescentes, aqui representados pela Élida, e pelos Conselheiros Jordão e Ballota do Poder Público e ela própria e Conselheiro Alex da Sociedade Civil. O presidente apóia a observação da Conselheira Sílvia, e convida a Conselheira do Conanda para compor a mesa, elogiando-a pelo excelente trabalho durante a preparação e execução da IV Conferência. A seguir solicita à Élida, que em nome dos adolescentes apresente a avaliação da II Conferência Lúdica. Élida pede licença aos Conselheiros e à Mesa para ler uma carta, onde consta a avaliação do grupo de adolescentes responsáveis pela organização do evento. Após a leitura o Presidente agradece a colaboração e solicita à Élida que a carta seja entregue na íntegra para ser incorporada à ata. Ao que Élida diz que Liliana também tem uma carta onde repudia a afirmação de que os adolescentes foram manipulados. O Presidente abre a inscrição para livre manifestação da Plenária. O Conselheiro Jordão inicia dizendo que fazia parte da comissão de organização, mas como apoio devido ao tipo de trabalho que desempenha, na sequência parabenizou a Élida pela avaliação, porém diz estranhar o fato de sua avaliação não ter citado coisas boas, o lado bom. Passando a citar vários momentos da Conferência Lúdica, em que através da arte os adolescentes expressaram mensagens que chegaram a emocioná-lo, lembrando também da fala da Élida no início da IV Conferência, atitude que serviu para acalmar os ânimos naquele momento conturbado. Termina dizendo que ainda espera que Élida complete sua análise falando das coisas boas. Conselheiro Alderir apela para que haja um limite de tempo nas intervenções, para que todos os inscritos possam falar. O Presidente propõe à Plenária que os três minutos regimentais sejam cumpridos, tendo sido aceito por todos a proposta. Dando prosseguimento o Conselheiro Ulisses diz que não vai ficar apontando na sua avaliação pontos positivos e negativos, mesmo porque isso já foi feito, mas propõe instalação de comissão de ética com base no que foi afirmado nesta moção, que os adolescentes foram manipulados e uma outra comissão de ética para investigar a atitude de um Conselheiro na Conferência Lúdica, exposta por um dos adolescentes durante a IV Conferência, inclusive porque essa pessoa tem direito a defesa e se as revelações não forem verdadeiras possa exigir retratação. O Presidente explica que a moção foi apresentada pela Conselheira Odete e que o documento não foi lido em vista da Conselheira não estar presente, na reunião passada. E que o documento foi disponibilizado para todos, atendendo a uma solicitação da Conselheira Sílvia, que sugeriu que o texto fosse transcrito na íntegra na ata da reunião anterior, que ainda não foi aprovada e portanto é uma simples sugestão de ata. Quanto à segunda comissão explica que se trata de uma moção aprovada na IV Conferência que solicita instauração de comissão de ética e que a Mesa quando receber os resultados oficiais da IV Conferência tomará as devidas providências. Em seguida o Conselheiro Rodrigo diz que não se sente qualificado para avaliar pois teve pouca participação, por motivo de doença, declara que seu colega Ballota estava à frente. Prossegue dizendo que concorda com a fala do Conselheiro Jordão, e citando o documento da Élida, quando ela fala do sistema nervoso, lembra que desse modo deve ser considerado o texto da Conselheira Odete, onde se percebe o sistema nervoso de uma pessoa, num momento de emoção. Sobre a publicação de comunicado em lugar de uma resolução no Diário Oficial revela não saber qual a real diferença entre a publicação de um comunicado e de uma resolução, qual a interferência disso no processo de construção e nos resultados da Conferência Lúdica e ainda no campo administrativo revela querer entender em qual



parte do planejamento deste Condeca está constando a promoção da II Conferência Lúdica e os meios para sua realização. E conclui dizendo que de qualquer forma a Conferência Lúdica aconteceu e muitos frutos surgirão daqui para frente, só nos cabe potencializá-los. Seguindo o Conselheiro Alderir faz uma síntese da II Conferência Lúdica, apontando três momentos: primeiro, antes da Conferência, afirma que a resolução nº. 179 do Conanda contempla a Conferência Lúdica, porém os encaminhamentos necessários, não só de regulamentação, como de recursos e condições para sua operacionalização, não foram previstos; em segundo lugar a deliberação votada neste Conselho decidindo pela realização da Conferência Lúdica, com recursos do Fundo, diz ter-se mostrado desfavorável, pois se estava previsto deveria ter reserva de recursos no Plano Anual do Condeca, quanto à organização diz que se formou uma comissão para a preparação dos encaminhamentos necessários, nenhum Conselheiro nem a Presidência podia tomar decisões sem passar pela comissão, portanto o que foi apresentado na avaliação revela, no seu entender, abuso de poder, que deve ser apurado e o terceiro ponto é que a realização da II Conferência Lúdica foi positiva, mas temos que avançar para que a próxima aconteça de forma planejada e organizada. A Conselheira Sílvia seguindo os itens sugeridos diz que a própria realização da Conferência Lúdica, apesar de todas as dificuldades, foi um marco, e só aconteceu devido a ação dos adolescentes, foi um aprendizado de protagonismo. Trabalhando juntos nesse processo, nesse mês de preparação, foi um exercício político muito bonito. Quanto a progressos e obstáculos aponta como positivos o local, a alimentação, o trabalho exaustivo da Secretaria Executiva, embora a falta de tempo, a urgência tenha atropelado muitas ações. Quanto a publicação de um comunicado e não uma deliberação, trouxe prejuízo significativo na comunicação com os municípios, uma vez que havia necessidade de regulamentação da Conferência Lúdica, que ainda não tinha acontecido e por isso o apoio institucional do Condeca, nesse momento era necessário. Continua acrescentando que mesmo publicado no Diário Oficial, um comunicado não tem o mesmo respaldo institucional que uma deliberação. Fala ainda que a falta de previsão anterior levou muitas ações a acontecerem no último dia, como por exemplo, os crachás e o som instalado na última hora e termina dizendo que se sentiu muito feliz pelo conteúdo e os resultados da Conferência, onde os adolescentes, através da arte expressaram seu pensamento e o que é protagonismo. A Conselheira Cíntia inicia demonstrando tristeza de não ter podido participar e se justifica pela agenda de trabalho, que é muito rígida e feita com muita antecedência, diz que a diferença entre deliberação e comunicado, a sua formação não contempla e que os outros Conselheiros com formação diversas também não devem ter esse conhecimento e dá a sugestão de que na oficina de capacitação de dezembro seja abordado isso. Segue confirmando as palavras do Conselheiro Jordão, e pergunta, ressalvados os pontos negativos, o que foi feito do ponto de vista prático que pode ser aproveitado na próxima Conferência Lúdica. Na sequência a Conselheira Isabel do Conanda elogia a avaliação feita pela Élide através de uma carta e diz que há muito que aprender com os adolescentes, reitera que deliberação não é comunicado e endossa a fala do Conselheiro Alderir dizendo que se o material que os adolescentes queriam que constasse do folder precisava ser enxugado, quem tinha que fazer isso era a comissão. A Conselheira Célia diz que tem que ficar claro que o Conselho se manifesta através de deliberações e que o Condeca não entendeu o caráter político da Conferência Lúdica, pois com essa atitude feriu o artigo 88 do ECA, inciso VI, que trata da “mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade”. A seguir a Conselheira Cecília diz que esteve no Ibirapuera das 15 às 20 horas, acompanhou os trabalhos dos adolescentes, e como tudo estivesse correndo sem problemas, foi embora deixando seus telefones com



os adolescentes, para chamarem se precisassem de alguma coisa, como ninguém chamou, julgou que tudo correu bem, termina parabenizando os adolescentes pelo trabalho. completar com a fita. Seguindo o Presidente chama o Sr. Mário, chefe da sessão de finanças do Condeca, que explica o documento entregue aos Conselheiros, onde discrimina os gastos da II Conferência Lúdica e da IV Conferência Estadual, totalizando nas diversas modalidades de investimento R\$ 12.282,75. A Conselheira Sílvia corrige, dizendo que, excluindo as doações, os gastos do Condeca foram R\$ 4.782,75. O Presidente agradece a contribuição da Conselheira Sílvia e convida a adolescente Élide para suas considerações finais. Ela diz que fora o Conselheiro Balotta que se responsabilizou pela infraestrutura e sumiu, os funcionários do Condeca ajudaram muito, além de disponibilizar os computadores, fax, telefone e materiais diversos. A seguir o Presidente faz a leitura dos artigos 19, 20 e parágrafo único do regimento que dispõem sobre comissão de ética e solicita ao Conselheiro Ulisses que apresente suas propostas de comissão de ética. O Conselheiro apresenta três propostas: uma sobre as acusações feitas ao Conselheiro Balotta; outra sobre abuso de poder da Presidente e da Secretaria Geral nos encaminhamentos das Conferências e uma terceira sobre a moção da Conselheira Odete. O Presidente abre a discussão dando a palavra ao Conselheiro Jordão, que sugere fazer inicialmente a avaliação da IV Conferência, pois se mais alguma questão for levantada, trataria todas juntas posteriormente. O Conselheiro Alderir solicita uma questão de ordem, pois se for acatada a sugestão do Conselheiro Jordão, não haverá tempo para votar. A Conselheira Sílvia pondera sobre o horário e sugere uma parada para o almoço. A Conselheira Cíntia lembra que a formação de comissão de ética não é ponto de pauta, tem que ser solicitada como ponto de pauta sob pena de nulidade da ação. O Conselheiro Rodrigo propõe que seja avaliada a veracidade das afirmações contra o Conselheiro Balotta, pois os adolescentes devem ter responsáveis que responderão por essas denúncias. A Conselheira Mariângela se diz a favor da comissão de ética, mas existe a necessidade de se avaliar a IV Conferência antes de se decidir por comissões de ética. O Presidente antes de dar a palavra ao Alan, representante do Fórum DCA, esclarece que as reuniões do Condeca serão acompanhadas pelos representantes estabelecidos formalmente pelo Fórum, inclusive com uma pasta com os documentos em discussão nas reuniões, com direito a voz nos debates. Inicialmente Alan saúda a Presidência pelo restabelecimento da democracia participativa e diz que a comissão de ética não é ponto de pauta, mas desdobramento dos pontos de pauta, a II Conferência Lúdica e pondera que uma comissão de ética para cada irregularidade acha difícil, talvez fosse melhor uma única comissão. O Presidente retoma as propostas de encaminhamento de comissões de ética, primeiro a do Conselheiro Ulisses, votação de comissões de ética na reunião de hoje; segundo a da Conselheira Cíntia, discussão das comissões na próxima reunião ordinária de novembro. O Conselheiro Ulisses altera sua proposta, propondo que as comissões sejam discutidas numa reunião extraordinária. Ao que a Conselheira Cíntia completa não ter especificado se deveria ser reunião ordinária ou extraordinária, mas que deve constar da pauta para ter legalidade. A Conselheira Sílvia propõe uma reunião extraordinária para aprovação das atas e discussão das comissões de ética. A Conselheira Mariângela pergunta se a votação correta não deveria ser comissão de ética sim ou não? A Conselheira Cíntia reitera sua proposta de que não se vote nada, pois não consta da pauta do dia. O Presidente diante das colocações reproduz as propostas e coloca em votação se as comissões serão discutidas hoje ou no dia 26 de outubro numa reunião extraordinária, tendo como resultado 5 votos a favor de que seja hoje ( Conselheiros Célia, Alderir, Ulisses, Bernardo e Linda Simone ) e 10 votos a favor da reunião extraordinária ( Conselheiros Milton, Jordão, Ângela, Cecília, Rodrigo, Cíntia, Ada, Beatriz, Sílvia e



Fabiano) e uma abstenção da Conselheira Neide. Isto posto o Presidente inicia o segundo item da pauta, avaliação da IV Conferência de Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo, chamando a Conselheira do Conanda Isabel para compor a mesa, que ao iniciar sua exposição parabeniza os que participaram da organização e execução da Conferência, a seguir faz uma retificação dizendo que não é a coordenadora geral da Conferência, como tem sido chamada. Na seqüência enumera os pontos negativos: 1) demora na orientação dos municípios; 2) as conferências municipais, que aconteceram regionalmente e que aconteceram junto com conferência de assistência social, não deveriam ter tido aprovação da plenária para participarem; 3) o material de divulgação foi uma das primeiras coisas a serem decididas e não saiu em tempo nem a contento, por causa disso os municípios não foram motivados a participar; 4) poucas pessoas se envolveram de fato saindo das reuniões e providenciando o que haviam prometido, Odete, Cecília, Neide, Sílvia e Célia. Não houve envolvimento de toda a comissão organizadora e nem de toda a plenária. Os nomes das pessoas que fariam o credenciamento, o Balotta não providenciou; 5) o ofício enviado aos municípios, dizendo que tinham direito a dois adolescentes delegados, acarretou muitos problemas; 6) os relatórios dos municípios vieram fora das planilhas criadas para isso, o que dificultou a elaboração da síntese; 7) não houve trabalho coletivo, devemos aprender com os adolescentes que prepararam, executaram e fizeram juntos inclusive a avaliação final, dos dois segmentos houve Conselheiros que não se envolveram, que essa avaliação sirva principalmente para os companheiros da Sociedade Civil, de quem, disse ela, esperava muito mais empenho; 8) houve duplicidade na confecção da lista de delegados, uma foi feita aqui pela Secretaria Executiva e outra com muita dificuldade, na CUT, pela sua assessoria, diz que existe um documento da regional de Bauru, onde está escrito que a comissão organizadora boicotou nomes de delegados, isso precisa ser averiguado; 9) quanto à fala do Cláudio Augusto, Presidente do Conanda, não foi cobrado nada do Condeca, mesmo assim na hora em que ele foi embora foi solicitado um carro oficial e foi respondido que não. Como pontos positivos aponta: 1) as cinco propostas de avanço foi um item criado aqui e será levado como experiência para o Conanda, 2) neste ano 385 municípios participaram, com os observadores e convidados havia mais de mil pessoas no plenário da IV Conferência. Termina fazendo duas propostas, primeira que precisa ser indicado um delegado suplente para substituir a Conselheira Sílvia que foi indicada como titular pela região dela, segunda que convém fazer uma reunião com os delegados que vão a Brasília, para firmar a posição de São Paulo, evitando o que aconteceu nos outros anos. Antes de franquear a fala o Presidente esclarece a plenária sobre o teor do documento da região de Bauru. Conselheiro Alderir propõe que haja definição de uma comissão para esse fim, para evitar o atropelo com que foi feita a preparação das conferências e reitera a necessidade de formação de uma comissão de planejamento antecipado da conferência e como avanço cita a tentativa do Governo e Sociedade Civil de trabalhar juntos. A Conselheira Sílvia diz que a publicação no D O de 31/8 saiu de forma errada pois não era retificação, os nomes dos Conselheiros Milton e Bernardo não apareceram. Seguindo os itens sugeridos para avaliação, começa dizendo que foi a melhor conferência até hoje, tanto o conteúdo, o espaço, a participação dos municípios, como o material enviado pelo Conanda que contribuiu muito para isso. Quanto à sistematização do material enviado pelos municípios, embora não tivesse uma grande equipe, os dois Supervisores de Ensino da Diretoria de Ensino Estadual Sul II, com muito boa vontade, fizeram a síntese, em pouco mais de uma semana. Cita como ruim o fato de o material do credenciamento ter sido feito em duplicidade e que as dez pessoas prometidas pelo Conselheiro Balotta, para ajudar durante o credenciamento e as pessoas que ficariam no Metrô orientando os



delegados e convidados do interior não apareceram. A seguir passa a elogiar a Conselheira Odete, dizendo que foi incansável trabalhando com garra, mesmo tendo que preparar a ida dos meninos do Projeto Guri para a ONU, ficando até o último momento até que a última pessoa tivesse saído. Diz ainda que o trabalho não se deu como uma equipe, quem trabalhou saiu e fez a sua parte o atraso no material de divulgação, prometido pela Maria Aparecida da SEADS, atrapalhou muito. A respeito do documento da Conselheira Odete, diz que foi uma manifestação pessoal um desabafo. Seguindo a Conselheira Cíntia se justifica por ter podido participar um único dia, e que auxiliou na solução dos casos especiais de credenciamento e nos trabalhos de grupo, a seguir sugere aumentar um dia na duração da conferência e que a data da realização seja alterada para o meio da gestão para não pegar um Conselho iniciante, uma Mesa Diretora nova. A Conselheira Célia diz que o fato de não ter um roteiro padrão para auxiliar os municípios acaba dificultando a sistematização, o atraso na divulgação prejudicou pois os municípios não sabiam sequer o local da Conferência até quase a véspera, isso compromete as relações institucionais do Condeca, as assessorias regionais também foi falha pois os municípios que fizeram conferências regionais disseram ter sido orientados pelo Condeca, demonstrando que não há uma só linguagem entre os Conselheiros; foi falha também a atuação dos Conselheiros na elaboração dos trabalhos de grupo, pois teve Conselheiro que não entregou o relatório, prejudicando a sistematização final dos trabalhos, que acrescenta foi feito apenas por ela e pela Conselheira Odete. Quanto aos progressos diz que o resultado foi muito rico nas proposições das políticas públicas, diferente da última que foi muito tumultuada, impedindo a elaboração de um documento mais consistente, enquanto que o dessa é de qualidade e termina propondo que se elabore um material final com a mesma qualidade para ser enviado aos municípios. O Conselheiro Rodrigo justifica a ausência por motivo de saúde, e diz que as falhas administrativas e operacionais se devem ao fato de que os Conselheiros não têm essa competência e sugere a contratação de uma empresa especializada em eventos para preparar em tempo a Conferência. O Conselheiro Ulisses parabeniza a todos que se dedicaram e aponta as dificuldades em se fazer um evento como esse, em seguida cita o documento de Bauru solicitando que o Conselho se manifeste oficialmente, propõe uma comissão de ética para avaliar se os documentos de criação do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Bauru, que segundo o documento datam de 12 /12/2000, contrariando o relatório apresentado à comissão eleitoral. Quanto ao incidente, diz que o único responsável foi o Governo do Estado, a SEADS e a própria Maria Perroni. Na seqüência, o representante do Fórum DCA, Senhor Alan pergunta se o Conselho não teria um modo de viabilizar apoio, subsidiar os municípios que não podem enviar seus delegados à Conferência e reitera a dificuldade de realizar a Conferência em dois dias, afirmando que não é a primeira vez que isso acontece, de ter que finalizar os trabalhos numa outra data, quanto à dupla de delegados, diz que ficou surpreso e pergunta quem autorizou a Secretaria Executiva a elaborar uma lista e com que objetivo. e sobre o documento de Bauru se os signatários forem do Governo comprova a ingerência no Conselho e reforça a necessidade de averiguar a veracidade do documento que foi encaminhado à comissão eleitoral sobre o Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Bauru, continua dizendo que sobre a responsabilidade sobre a manifestação democrática na última conferência diz que quer assumir pessoalmente, enquanto membro do Fórum Estadual, parte dessa responsabilidade na articulação, pois a Presidente Maria Perroni não é legítima aos olhos da Sociedade Civil e Maria Isabel diz que isso foi avisado, foi de uma sensibilidade política ímpar, tentar evitar preserva-la desse linchamento moral e político que foi promovido sim pela sua intransigência e do governo do Estado e termina



dizendo que esse foi o primeiro ato da Sociedade Civil se houver o retorno da Presidente outras atitudes igualmente democráticas e políticas virão. Conselheiro Jordão se diz muito triste com tudo que aconteceu, referente ao apitajo mas que não se arrepende de ter votado a favor da presença da Presidente Maria Perroni na abertura oficial, com certeza as estratégias poderiam ser outras, mas isso é de foro íntimo de cada um, cita o atraso na divulgação como um problema, e que o carro oficial para levar o Presidente do Conanda não tinha sido solicitado e lembra que falou, depois de tudo que vocês aprontaram ainda vem pedir carro, como não tinha carro oficial a seu serviço não foi possível, termina dizendo de sua preocupação com algumas falas, que é a favor da deliberação de comissão de ética numa outra reunião. A Conselheira Ada sugere que as conferências sejam regionais como as da assistência, e não só municipais, pois os problemas da adolescência, principalmente no tocante à violência, têm soluções regionais. Numa solicitação de esclarecimento, Alan descreveu o momento em que solicitou o carro oficial para transportar o Presidente do Conanda, ao aeroporto. Conselheiro Jordão diz que foi assim mesmo que aconteceu e o parabeniza pela sinceridade na exposição dos fatos e pela coerência política por ter admitido que realmente articulou o apitajo e termina solicitando dos Conselheiros um homenagem, através de palmas, aos funcionários do Condeca que com muita garra trabalharam na organização e execução das conferências. O Presidente concorda com a homenagem e solicita a indicação pela Sociedade Civil de um Conselheiro para substituir como suplente do Conselheiro Alex, uma vez que a Conselheira Sílvia foi indicada como titular em sua região. Conselheiro Alderir sugere o nome da Conselheira Linda Simone, sendo aceito imediatamente, quanto à reunião preparatória aos 83 delegados e 8 observadores que compõem a delegação paulista, que vão para Brasília, propõe o Espaço da Cidadania na Secretaria da Justiça, onde aconteceu a IV Conferência, a plenária aprova e aponta, por sugestão da Conselheira Sílvia, o dia 6 de novembro, pois no dia anterior se realizará a reunião mensal ordinária do Condeca, que solicita também que a coordenação seja do Conselheiro Fabiano. Seguindo Alan, representante do Fórum, pergunta sobre a possibilidade de o Conselho arcar com as despesas de transporte e alimentação para os delegados nessa reunião preparatória. O Presidente consulta o financeiro sobre o solicitado e informa que por sugestão da Conselheira Sílvia estará oficiando os Presidentes do Conanda e da CUT, agradecendo o notável trabalho da Conselheira Maria Isabel na IV Conferência, informa ainda que subscreve a proposta da Conselheira Célia de enviar a síntese da IV Conferência a todos os municípios, para isso consulta a plenária que aprova por unanimidade. Consultado sobre o custeio do encontro preparatório no dia seis, Mário diz que o transporte é impossível, mas a alimentação sim, sem comprometer as despesas correntes do Conselho, num valor limite de R\$7,00 por pessoa, num teto máximo de R\$637,00. O Presidente submete à plenária que aprova por unanimidade. Conselheira Sílvia questiona o financeiro sobre alguns valores discriminados na planilha de gastos das Conferências, ao que a Conselheira Maria Isabel sugere que todos os Conselheiros apontem quais itens querem justificativas, apresentem ao financeiro, para garantir a transparência dos gastos. Conselheiro Ulisses lembra que já havia solicitado há muito tempo apresentação do balancete mensal das entradas, despesas e saldos do Condeca. O Presidente acolhe a solicitação, declarando que tem muita preocupação com o uso do recurso público e que por uma questão de princípio age com maior zelo junto aos recursos do Condeca, diz que a proposta é muito oportuna e que é de seu interesse, como de todos, todas as informações aos Conselheiros. A Conselheira Sílvia diz que adicionando os gastos com a alimentação no dia seis, o valor total das despesas com as conferências será de R\$20.000,00, como a previsão de gastos era de R\$30.000,00, sugere que a plenária



decida sobre o uso do recurso restante com os encaminhamentos de transporte da delegação paulista à Brasília. O presidente reconhece que necessita de mais tempo de estudo, junto ao financeiro para poder decidir, numa questão de encaminhamento a Conselheira Isabel que seja feita uma pesquisa sobre os preços de transporte e outros gastos e que na reunião extraordinária do dia 26, seja apresentado à plenária. O Presidente acolhe o encaminhamento. Conselheiro Ulisses, numa questão de ordem diz que apresentou propostas de instalação de comissão de ética para averiguar a veracidade documento de criação do Fórum de prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Bauru. O Presidente esclarece que esse documento não foi aceito como moção por ocasião da IV Conferência por estar fora do prazo, mas como o protocolo do Condeca é aberto foi registrado e disponibilizado a todos os Conselheiros para apreciação na plenária. Conselheiro Alderir, numa questão de ordem diz que o documento deve ser analisado para que se possa dar a ele os encaminhamentos necessários. Conselheira Sílvia propõe a composição de uma comissão paritária para analisar o documento e trazer a resposta à plenária. O Presidente considerando as propostas dos Conselheiros Ulisses, Alderir e Sílvia em conjunto, consulta a plenária obtendo aprovação pela maioria de 10 votos. E continua perguntando se de forma livre quais Conselheiros se dispõem a constituir a comissão. Conselheiro Alderir sugere os nomes dos Conselheiros Célia e Ulisses sendo aprovado pela Sociedade Civil e do Poder Público se dispuseram Conselheiros Rodrigo e Cíntia. Em seguida terminado o processo de avaliação das conferências solicita da Conselheira Isabel as suas considerações finais, que agradece aos Conselheiros pela confiança e aos que se dedicaram, em especial agradece às Conselheira Odete, Sílvia e Célia pelos trabalhos e empenho na resolução de problemas estruturais e circunstanciais antes, durante e depois das conferências, e se despede definitivamente do Condeca. Esgotada a pauta o Presidente encerra sessão e eu Secretária Geral encerro esta ata que será assinada por mim e por todos depois de lida e aprovada.

